

AS ÁREAS DE GUERRA ABERTA E AS DE PREVENÇÃO MILITAR. O CENTRO-SUL E O NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Christiane Figueiredo Pagano de Mello¹
Universidade Federal de Ouro Preto

Recebido: 01/04/2016
Aprovado: 06/06/2016

Resumo: Este artigo pretende realizar uma análise comparativa entre a trajetória militar divergente de duas áreas do Império Ultramarino Português: o Estado do Grão-Pará e o Centro-Sul da América, na segunda metade do século XVIII. Considerando que, as duas áreas viviam situações militares bem distintas, resultante da exposição ou não ao fenômeno da guerra, busca-se analisar as consequências militares dessa diferença para cada região.

Palavras-chave: Militarização; Política Militar Pombalina; Guerra; Prevenção.

AREAS OF OPEN WAR AND MILITARY PREVENTION. THE CENTRAL SOUTH AND NORTH OF PORTUGUESE AMERICA (SECOND HALF CENTURY XVIII)

Abstract: This article intends to carry out a comparative analysis between the divergent military trajectory of two areas of the Empire Overseas Portuguese: the State of the Grand-Para and South-Central America, in the second half of the eighteenth century. Whereas the two areas lived very different military situations resulting from exposure or not the phenomenon of war, seeks to analyze the military consequences of this difference for each region

Key words: Militarization; Pombalina Military Politics; War; Prevention.

Introdução

Este artigo se propõe a refletir sobre as experiências de defesa e militarização no Império Ultramarino Português. O contexto espacial delimitado compreende duas áreas: o Estado do Grão-Pará e o Centro-Sul da América Portuguesa.² Utilizaremos uma perspectiva comparativa a fim de obter uma

¹ E-mail: christianemello@hotmail.com. Agradeço aos pareceristas que, apesar de anônimos, deram-me indicações valiosas de melhoria desta resenha, o que não me exime das possíveis falhas.

² Sobre a questão administrativa do Estado do Brasil e do Estado do Grão Pará, Fabiano Vilaça dos Santos destaca que: "O Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto das capitanias principais do Pará e Maranhão e das subalternas do Piauí e Rio Negro), unidade administrativa independente do Estado do Brasil, porquanto diretamente ligada a Lisboa. Reordenada em 1751, quando a capital passou de São Luís para Belém, em virtude de uma redefinição política e estratégica das conquistas do Norte, vigorou até 1772-1774, quando foi desmembrada em duas unidades que permaneceram subordinadas a Lisboa: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí". Cf: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. 1ed. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. v. 1. p. 153-167.

compreensão mais ampla sobre a política militar utilizada pela Coroa Lusitana nas suas possessões além-mar, na segunda metade do século XVIII.

Mais especificamente, no Norte da América Portuguesa,³ nos deteremos nas seguintes regiões: a capital, na região de Belém, que possui importância estratégica e militar para a conquista do Estado do Grão-Pará. A região da Costa Oriental, importante para a defesa da costa das investidas estrangeiras. E, a Costa Setentrional que correspondia a uma área de intensa movimentação militar, posto que, grande parte de seu território compunha a faixa de fronteira com a Guiana Francesa. No Centro-Sul do Império, trabalharemos com a capital, a Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As três Capitanias estavam diretamente envolvidas em um confronto militar aberto, em função das disputas de fronteira que cresciam ao longo da América meridional, entre Espanha e Portugal.

Convém anotar que é no período pombalino (1750-1777) que se passa a reforçar o princípio da interdependência entre os domínios portugueses da América, no que se referia ao encargo da defesa do território. Concebendo o espaço como uma 'estrutura contínua', sob o comando de um centro político representado pela Coroa e irradiado para a Colônia através de seus representantes ultramarinos, formula-se outra estrutura militar de defesa. No projeto militar pombalino a forma de batalha e de pensar a guerra foram modificadas: "não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina".

A questão que perpassa o trabalho é o projeto militar pombalino no Império Americano Português, que atinge de maneira não linear e homogênea, os mais diversos rincões de sua espacialidade. Mas que, de todo o modo, informa e demanda os posicionamentos e as relações em toda a sua extensão territorial. Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação das duas áreas em

³ Para nossa análise histórica aqui desta extensa região propomos a seguinte delimitação geográfica: chamaremos de região Norte algumas áreas das Capitanias do Estado do Grão-Pará e Rio Negro no século XVIII. Estamos nos referindo, mais especificamente, àquelas que hoje corresponderiam aos atuais Estados do Pará e Amapá. Vale destacar que a definição contemporânea da região Norte inclui ainda os Estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Amazonas e Roraima.

estudo - Norte e Centro-Sul da América Portuguesa - na nova lógica militar implantada em Portugal a partir de 1750.

A pesquisa parte da sistematização de dados da documentação das Capitânicas do Grão-Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, durante a segunda metade do século XVIII. Na primeira Capitania, a documentação pesquisada consta no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), digitalizado pelo projeto Resgate, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional. Com relação às três últimas a documentação engloba outras fontes além do AHU de Lisboa, como o acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Militar em Lisboa, Arquivo Nacional e etc.

O trabalho se enquadra teoricamente dentro dos parâmetros dos estudos da nova história militar,⁴ no qual se busca estar atento à interação entre forças militares e sociedade, levando em consideração os vínculos de sociabilidade e as hierarquias que se faziam presente no cenário colonial.

Ainda que, o interesse pela história militar do Brasil colonial tem-se mostrado reduzido, devemos considerar que o estudo das organizações militares na Amazônia Colonial tem sido objeto de importantes estudos. Temos como exemplo, entre outros: a tese de doutorado de Shirley Nogueira intitulada *A "Soldadesca Desenfreada": politização militar no Grão-Pará da Era da Independência. (1790-1850)*⁵ um trabalho que traz várias referências importantes sobre a situação militar da região, inclusive no início da segunda metade do século XVIII, embora o seu recorte temporal seja posterior ao nosso estudo.

De sua autoria juntamente com Flávio dos Santos Gomes, temos, ainda, o artigo *Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista* que faz parte do livro *"Nas terras do Cabo Norte,"*⁶ É uma importante

⁴ Para um balanço dessa historiografia, ver: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁵ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)**. Salvador, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

⁶ NOGUEIRA, Shirley; GOMES, Flávio dos Santos. *Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista*. In: GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII-XIX**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- Universidade Federal do Pará, 1999.

contribuição para se repensar a situação de fronteira no extremo norte. Analisa as disputas pelas fronteiras, as movimentações de fugitivos- negros, índios e soldados desertores- que foram protagonistas de uma aventura, na qual reinterpretaram os sentidos da colonização.

As regiões de fronteiras são estratégicas quanto à defesa contra invasores e o tráfico de escravos índios e de drogas do sertão. Em relação a essas questões tivemos contato com o excelente estudo de Nádia Farage em *As muralhas dos sertões: os povos indígenas do Rio Branco e a Colonização*.⁷ Nesse estudo, a autora trata da preocupação dos portugueses na década de 70 do século XVIII em estabelecer no rio Branco uma fortaleza e aldeamentos indígenas, visando conter a ameaça da presença holandesa ao domínio português no vale amazônico.

Outro estudo importante que enfatiza a questão das fortificações é o de Renata Malcher Araujo: “As cidades da Amazônia no século XVIII”,⁸ no qual aponta para uma leitura da colonização da Amazônia em que a fortificação foi elemento fundamental na apropriação e transformação simbólica de um espaço (natural) em território (político). Segundo a autora, a presença física da fortaleza para além de sua função de defesa ou fiscalização, ressignificava o espaço amazônico proporcionando a representação de um poder que projetava sua sombra nesta região.

Rafael Chambouleyron em *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*⁹ oferece ao leitor a oportunidade de conhecer a Amazônia seiscentista, não como uma região abandonada ou “redescoberta” apenas pela interferência do Marquês de Pombal. Ao contrário, ele nos convida a interpretar os feitos pombalinos, a partir das ações implementadas ainda no século XVII e na primeira metade do século XVIII.¹⁰

No que se refere a questão dos índios na região Amazônica e no período pombalino, pesquisas recentes têm demonstrado que, desde a vigência do

⁷ FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ ANPOCS, 1991.

⁸ ARAÚJO, Renata Malcher, **As cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão**, Porto: FAU, 2000.

⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí, 2010.

¹⁰ KETTLE, Wesley Oliveira. Domínio, migração e natureza na Amazônia seiscentista (Resenha) **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011. p. 209-212.

Diretório dos Índios (1750-1798), criou-se ou fortaleceu-se uma elite indígena no interior da lógica da governança colonial que não apenas respondia aos interesses da política indigenista luso-brasileira, mas também às expectativas dos índios,¹¹ como afirma Vânia Maria Losada.¹² Nesse sentido, temos outro trabalho de interesse para a nossa pesquisa que é o de Rafael Ale Rocha em *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)* que contribui para o estudo das elites coloniais amazônicas no contexto da segunda metade do século XVIII. Analisa o processo através do qual os índios inseridos na sociedade colonial alcançavam postos de oficiais nas tropas militares no Estado do Grão Pará e Maranhão.

Outra referência importante para o trabalho é a coletânea organizada por Paulo Possamai, *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna*,¹³ que incorpora vários estudos sobre o período em todas as regiões do Brasil.

As tensões militares nos confins da América

A Amazônia da segunda metade do século XVIII vivia em uma situação de constante sobressalto, em uma condição militar preventiva. Em toda a documentação consultada o que se percebe é uma tensão permanente das autoridades coloniais e de Lisboa com relação à possibilidade de ocorrer alguma invasão e agressão de potências estrangeiras. Essa Amazônia, “de extraordinárias distâncias”, estava em contato com vizinhos percebidos como potencialmente hostis: espanhóis, franceses, holandeses.

¹¹ Entre outros, ver ROCHA, Rafael. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina. Sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará**. Niterói, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2001.; COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹² MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. In: XIII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA, 13., 2001, Vitória. **Programa e Resumos ...** Vitória: Departamento de História UFES/Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, 2001. p. 45-46.

¹³ POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

Interessante notar que, essa região não viveu uma guerra aberta, direta. No máximo, o que ela experimentou foi a presença de estrangeiros considerados invasores pelas autoridades coloniais portuguesas. Portanto, o que caracteriza o ambiente militar dessa região não foi, de forma alguma, uma guerra de fato, mas, sim, uma ameaça que se fazia permanente, silenciosa, insidiosa e que frequentemente se infiltrava na região considerada de domínio português. Essa situação demandava das autoridades a “cautela com que sempre se deve ter prevenida a defesa”. Nesse contexto, era necessário adotar medidas preventivas: de vigilância nas possíveis entradas, rios e caminhos por onde os vizinhos imperceptivelmente pudessem se fazer presente e, de alguma maneira, ameaçarem a soberania do rei de Portugal. Assim, as palavras recorrentes na documentação desse período sobre essa região são: cautela, prevenção, prudência, suspeita, vigilância e observação.

Nesse ambiente de intensa desconfiança, determinados episódios, mesmo de pequena escala, eram suficientes para deixar as autoridades em estado de alerta. Por exemplo, em maio de 1773 um ‘índio principal’¹⁴ deu a notícia de que tinha visto uma lancha vinda da Ilha de Joanes¹⁵ com uns seis homens de língua desconhecida. Providências foram tomadas, cartas enviadas para as autoridades competentes da região para “*saber a identidade e intenções desses homens*”. O caso acabou não resultando em nada, e nem sequer se soube se, de fato, foi “*verdadeiro aquele sucesso*”.¹⁶

¹⁴ Os denominados índios principais tinham papel social decisivo na organização tribal de seu povo. De acordo com Padre Antônio Vieira: “A cabeça nas aldeias é o índio principal de cada uma”. [apud CARVALHO, Valéria Nely César de. Autoridade indígena e legislação indigenista no Brasil. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 511-540, jul./dez. 2008]. Segundo Manuel Albuquerque, os principais eram índios que se situavam nos limites entre o mundo nativo e o mundo europeu. Transitavam e recriavam os dois mundos aos quais pertenciam. Lideranças de seu povo, mas também intermediários das autoridades colonizadoras. [ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamentos e dimensões identitárias. **Cadernos do CEOM**, Unochapecó, v. 23, n. 32, p. 203-220, 2010.]

¹⁵ A Ilha Grande de Joanes é uma Ilha fluvial na foz do Rio Amazonas. Território estratégico à época da colonização, pois permitia o acesso através do Rio das Amazonas ao interior do continente e às encostas dos Andes. [MACEDO, Pedro da Costa de Sousa de; MOTTA, Edilson Nazaré Dias. Antônio de Sousa de Macedo, capitão geral e governador da ilha de Joanes. In: **Actas do Congresso Internacional - Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa, Cham: 2005. p. 5.]

¹⁶ “OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as notícias recebidas de um índio Principal, 1773, Julho, 24 Pará”. AHU, Pará, Cx. 71, doc. 6031.

Outro exemplo clássico, bastante citado na história da região, se deu em 1775 e que deixou as autoridades em estado de pânico, rendendo uma vasta documentação. O episódio se deu numa região cobiçada por portugueses, holandeses e espanhóis: um desertor francês Gervásio Leclerc vindo da colônia holandesa de Suriname, trouxe informações relativas à presença de um pequeno estabelecimento militar espanhol nas proximidades da fronteira do Rio Negro e, ainda alertou sobre os possíveis ataques na região pelas Tropas da Holanda. Apesar de ter sido uma situação bastante complexa e ter levado os portugueses a mudarem sua estratégia de defesa na região, tal tensão não levou a um choque aberto entre as potências envolvidas.¹⁷

Vale notar, ainda, outra situação militarmente diferenciada produzida na região. No contexto de ausência de guerra aberta as autoridades coloniais criavam situações muito peculiares. Para manter a tropa preparada e treinada se valeram de alguns artifícios como o de provocar *“largos sustos, de vez em quando, para que assim o ensino se conseguisse fazer possível e praticável”*, recorriam, também, a exageros, como o da *“suspeita da Guerra por toda a América”*.¹⁸ Se não havia uma guerra real se forjava uma fictícia e o excesso servia para motivar e treinar os homens na defesa contra as possíveis e prováveis forças invasoras. Esses são alguns exemplos das tensões que permeiam o viver nesta região, apenas tensões, sem guerra de fato.

As tensões militares no Centro-Sul da América

Com relação ao Centro-sul da América, vale lembrar que, a partir da determinação régia de 26/1/1765, as Capitânicas de Minas Gerais, São Paulo, e a capital do Rio de Janeiro, ficaram submetidas a uma política militar de cooperação direcionada a atender às questões de defesa ao Sul do Estado. Portanto, desde o Vice-Reinado do Conde da Cunha (1763-1767), a estratégia era elaborada para

¹⁷ Para maiores informações sobre o tema Ver: NABUCO, Joaquim. **O Direito do Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.; Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII: Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. São Paulo: FAPESP/NHII-USP, 1994a. p. 81-96., FARAGE, Nádia, **As muralhas dos sertões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. e Arquivo Histórico Ultramarino, (AHU), Pará, 1775, entre outros.

¹⁸ *“OFÍCIO do João Pereira Caldas, para o Martinho de Melo e Castro, 1780, Janeiro, 25, Pará”*, ANEXO, AHU, Pará, Cx. 84, doc. 6918.

“que com a união de todos os três Governos, se possa consolidar uma força Superior”,¹⁹ ressaltando que “É, porém, necessário, que sem a menor perda de tempo, se procure em todos os três Governos instruir as Milícias, nos Pontos essenciais de marcharem unidos”.²⁰ Dez anos após essas determinações régias, em 1775, o imperativo de cooperação entre as três Capitanias ainda permaneciam como estratégia principal: “Sendo certo, que nesta união recíproca de poder consiste essencialmente a maior força do Estado, e na falta dela toda a fraqueza dele”.²¹ Assim, tais Capitanias permaneceram com essa missão e encargo por toda a segunda metade do século XVIII.

A região meridional e mais especificamente a Colônia do Sacramento foi um dos principais focos de atenção da Coroa portuguesa na América, o nervo militar do Império. Fundada, em 1680, nas margens do Rio da Prata,²² desde então se tornou uma zona de intenso conflito devido à indefinição dos limites territoriais entre os domínios das Coroas de Espanha e de Portugal. A história de Sacramento é repleta de intensas disputas militares e diplomáticas que marcaram de forma intensa toda a política-militar das Cortes Ibéricas durante toda a segunda metade do século XVIII.

Rodrigo Monteiro sintetiza muito bem o seu contexto bélico quando afirma que, durante os 97 anos de história da Colônia do Sacramento sob tutela portuguesa, a região foi regulada por seis tratados diferentes. O maior período de paz que esta praça conheceu foi de 24 anos entre o cerco espanhol de 1737 e a

¹⁹ “Carta do Conde de Oeiras para o Conde da Cunha, 26/1/1765” In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII...** Op. Cit., p. 426.

²⁰ “Carta do Conde de Oeiras para o Conde da Cunha, 26/1/1765” In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII...** Op. Cit., p. 427.

²¹ “Instrução Militar de Martinho de Melo e Castro para Martim Lopes Lobo de Saldanha, 24/1/1775”, In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII...** Op. Cit., p.624.

²² A fundação Colônia de Sacramento atendia aos planos da Coroa Portuguesa de ampliar as fronteiras ao sul do território luso-americano, bem como aos interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro em reativar o comércio legal e ilegal com as províncias do domínio espanhol. Entreposto no estuário platino, a Colônia do Sacramento era um ponto estratégico situado perto de Buenos Aires, um dos principais portos de saída da prata castelhana. Para Ferrand Almeida, a fundação da Colônia do Sacramento seria “o resultado de um conjunto complexo de fatores econômicos e políticos”. (Para maiores informações sobre a Colônia do Sacramento, consultar entre outros: ALMEIDA, Luís Ferrand. **A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.; HOLANDA, Sérgio Buarque. **A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul**. In: __. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1976. t. 1.; POSSAMAI, Paulo. **A vida quotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

retomada da Colônia pela Espanha em 1761. Sitiada por quatro vezes, nos anos de 1704 a 1705, 1735 a 1737, em 1761 e 1772 a 1777, e ocupada três vezes pelos espanhóis — de 1705 a 1715, em 1763 e 1777 — Sacramento apresentava uma realidade extremamente violenta e incerta aos habitantes e a quem pretendesse ali se estabelecer. A história da Colônia do Sacramento é, portanto, recheada de inúmeros tratados, frutos de constantes guerras e conflitos, tanto diretos, entre ambas as regiões coloniais, quanto indiretos, por disputas e negociações europeias entre as coroas ibéricas.²³

Pode-se afirmar que se é possível identificar várias circunstâncias militares em comum de Norte a Sul da América Portuguesa a partir de uma análise comparativa convergente, é possível também registrar diferenças resultantes da existência ou não de uma guerra aberta. De forma geral, pode-se afirmar que, a diferença entre o estado de prevenção militar, característica do Norte e o estado de guerra aberta do Centro Sul da América está na intensidade das medidas, das mobilizações e dos recursos a serem acionados. No âmbito da prevenção, estas podem ter intensidade moderada a fraca, apenas um alerta. Numa guerra de fato, as medidas, os recursos e as mobilizações chegam ao extremo das suas possibilidades, mesmo que estas sejam reduzidas e insuficientes.

O projeto militar pombalino e o espaço como ‘*estrutura contínua*’

Partirei do princípio de que, a ausência de uma guerra aberta no Norte da América portuguesa acabou resultando na permanência nas suas forças militares de tendências mais fortemente dispersas e corporativas do que a registrada no Centro-Sul, onde a intervenção do poder régio na organização militar foi mais intensa devido à sua exposição constante ao fenômeno da guerra.

Adotarei como perspectiva fundamental para a análise da segunda metade do século XVIII na América colonial, a presença de duas diferentes concepções de sociedade e poder coexistindo na mesma realidade temporal: as concepções corporativa que permanece predominante na organização da sociedade colonial; e

²³ MONTEIRO, Rodrigo Borges. Nas fronteiras do Antigo Regime: a Colônia do Sacramento no século XVIII. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME, 1., 2005, Lisboa. *Anais ...* Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2005.

a voluntarista, que se “impõe” a partir da segunda metade do século XVIII, representada na Colônia pelos Vice-Reis e Governadores-Generais, e executadas com base nas determinações e instruções enviadas pela Coroa portuguesa.

Na concepção corporativa, a organização do espaço político se estabelece a partir de uma “*estrutura granular*”, isto é, de uma fragmentação do poder pelos diversos centros político-territoriais – as comunidades locais – como sendo o melhor meio de defesa e administração. A voluntarista concebe o espaço como uma “*estrutura contínua*”,²⁴ considerando como condição necessária para a boa administração e defesa territorial uma ordem baseada em um poder único, que se imponha sobre as relações comunitárias e seja superior às diferenças regionais.²⁵ Iniciando, assim, um processo que, na prática estará sujeito a incessantes conflitos e negociações entre as distintas concepções de poder e de espaço, e que colocarão em xeque as questões da eficácia do poder absoluto e centralizador com suas pretensões teóricas de onipotência.

Obviamente, diferentes concepções político-territoriais resultam em diversas estratégias de defesa militar. Em uma “*estrutura granular*” corporativa, com suas particularidades, jurisdições e relativa autonomia, a base da defesa territorial é construída a partir das estratégias locais de combate: emboscadas, assaltos noturnos, surpresas, incêndios e depredações.

Nesse contexto, as tropas militares eram organizadas em função dos perigos e ameaças que se apresentavam ao longo do tempo, desfazendo-se quando eles terminavam. Essencialmente, essas tropas militares eram constituídas por forças locais sem articulação interna e sem saberes técnicos. Elas também não tinham qualquer ligação entre si, não dispendo de uma tática comum pela qual pudessem orientar suas ações durante um combate. O resultado era a difícil manutenção da disciplina no campo de batalha. De acordo com Rui Bebianno:

cada combatente ou grupo de combatentes, movia-se de acordo com objetivos que ele próprio escolhia. Nesse contexto, o chefe militar

²⁴ As expressões “*estrutura granular*” e “*estrutura contínua*”, referentes à organização do espaço, foram citadas por CURTO, Diogo Ramada. **O Discurso Político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa: Universidade Aberta, 1988. p.179.

²⁵ HESPANHA, António M. **L'Espace Politique dans L'Ancien Régime**. Coimbra: Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1983. p.22-44.

apenas podia dar ordens muito gerais, deixando para o final do embate, se vitorioso, a complicada tarefa de voltar a reunir a massa já sem norte.²⁶

Na concepção político-territorial voluntarista, na qual a organização do espaço é percebida como uma “*estrutura contínua*” e global, sob o comando do centro político representado pela Coroa, irradiado para a Colônia através de seus representantes ultramarinos, formula-se outra estrutura militar de defesa. No projeto militar pombalino a forma de batalha e de pensar a guerra foram modificadas:

não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina.²⁷

Ribeiro Sanches, um dos inspiradores da administração pombalina, em seu livro “*Cartas sobre a Educação da Mocidade*” adverte sobre mudanças necessárias na organização militar em prol do estabelecimento da nova ordem:

A força, o ânimo ousado e a valentia já não são bastante para vencer, como quando fazíamos a guerra expulsando os mouros da pátria. A arte da guerra, hoje, é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo, necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão.²⁸

Considerando as instruções régias passadas aos governadores, capitães-generais e aos vice-reis, encontram-se referências ao “*Sistema Fundamental que hoje forma o Governo Politico, Militar e Civil de toda a América Portuguesa, aplicado a cada uma das capitanias daquele continente, segundo a situação de cada uma delas*”²⁹ estabelecido pelo Marquês de Pombal em 1757. Mais especificamente, a nova estrutura militar planejada pela Coroa portuguesa previa e constantemente reiterava a todos os seus governadores na América Portuguesa a necessidade de

²⁶ BEBIANO, Rui. Elementos de um Barroco Militar. **Revista de Histórias das Ideias**, Universidade de Coimbra, n. 11, 1989. p.117.

²⁷ FREIRE, Felisbello. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Da Revista dos Tribunais, 1912. p. 705.

²⁸ SANCHES, António Nunes Ribeiro, **Cartas sobre a Educação da Mocidade [1759]**. Prefácio e notas de Joaquim Ferreira, Porto: Domingos Barreira, s/d. p. 97.

²⁹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Marquês de Pombal e a unidade Brasileira. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 219, 1953. p. 73.

cooperação militar entre as Capitanias, “*sendo certo que, nesta recíproca união de Poder consiste essencialmente a maior Força de um Estado e na falta dela toda a fraqueza dele*”.³⁰

De forma que, as Capitanias, embora administrativamente independentes, eram concebidas como peça de uma engrenagem político-territorial mais ampla – América portuguesa. As Capitanias faziam parte de um plano militar maior, que visava à defesa territorial da Colônia; estavam sob ordens e diretrizes militares criteriosamente definidas pelo poder central, que determinava a funcionalidade específica de cada Capitania aos seus Capitães-Generais e ao Vice-Rei.

Lisboa determina, ainda, a reorganização do espaço colonial. Concebendo o espaço como uma ‘*estrutura contínua*’, o projeto estava inserido num objetivo geopolítico maior: a estratégia de ocupação e de proteção do território americano. Nesse sentido, Sergio Buarque de Holanda observa que, durante o governo de Pombal foi executada uma estratégia de reordenamento espacial do poder, que levou à transferência da capital do Estado do Maranhão, de São Luís para Belém, na foz do rio Amazonas e o fortalecimento definitivo do Rio de Janeiro como Capital do Brasil. Como resultado define-se dois grandes eixos: um horizontal e acompanhando o grande rio Amazonas; outro oblíquo e seguindo a costa marítima, no Estado do Brasil.³¹

Fundamentalmente, na segunda metade do século XVIII, o sucesso da defesa territorial era entendido como uma consequência do conjunto das forças militares e de sua devida regularização técnica. Para isso, alguns fatores eram importantes: a intensificação do recrutamento militar, propiciando um número maior de tropas no *front* de batalha; o treinamento dos soldados no manejo das armas e, sobretudo, na completa obediência deles às ordens superiores; e a organização das forças militares deveria ser baseada em regras únicas e estáveis, que buscassem uma uniformidade de ação bélica.

³⁰“*Todas as colônias Portuguesas são de Sua Majestade e todos os que as governam são vassallos seu. E nesta inteligência tanta obrigação tem o Governador de uma Capitania de a defender quando for atacada, como de mandar todas as forças dela ao socorro de qualquer outra das mesmas Capitania, que precisar da sua assistência. Sendo certo, que nesta recíproca união de Poder consiste essencialmente a maior Força de um Estado e na falta dela toda a fraqueza dele*”. Cf: Idem.

³¹ HOLANDA. S. B. de. **História geral da civilização brasileira – Tomo I – A época colonial**. São Paulo: Difel, 1960. p. 357. v. 2.

As ordens régias dirigidas aos Capitães-Generais e ao Vice-Rei da Colônia mostram que estes fatores eram alvo das preocupações da Coroa. Era obrigação de seus representantes ultramarinos empenhar esforços para a perfeita manutenção das Tropas de Auxiliares e das Pagas, para que elas se apresentassem bem reguladas, disciplinadas e devidamente aptas para o combate. Assim, Para o treinamento das tropas coloniais, Lisboa contrata, em 1767, o Tenente-General João Henrique Böhm, que se tornou o responsável pela aplicação dos regulamentos do Conde Lippe,³² referentes à organização militar, à estratégia, à tática, à disciplina, etc.

A nova lógica militar: áreas de guerra aberta e de prevenção militar

Vejamos então, a intensidade da presença da Coroa nos seus domínios ultramarinos através do envio das forças militares com a finalidade de orientar a organização militar e reforçar a defesa, tanto no Centro-Sul, capital Rio de Janeiro, enfrentando uma guerra aberta no Sul da América, como no Norte, capital Belém, em uma situação militar de prevenção.

Depois da transferência da Capital para o Rio de Janeiro, o seu primeiro Vice-Rei Conde da Cunha (1763-1767) solicita à Coroa o envio de Tropas Regulares para a capital. No primeiro semestre de 1767 desembarca no Rio de Janeiro as forças expedicionárias, constituídas por três Regimentos de Infantaria - Moura, Estremoz e Bragança - e um trem de artilharia.

Cada Regimento possuía oito companhias, com 101 homens cada uma, e um efetivo total, da unidade, igual a 862 militares. O Regimento de Estremoz, porém seguiu com apenas 770 homens, permanecendo o restante em Portugal. Estes Regimentos tinham sua organização baseada no Regulamento de 1763, que reformulou o Exército Português, conforme diretrizes do Conde Lippe.³³

Vale notar que, o Tenente-General João Henrique Böhm, encarregado do comando geral de todas as tropas existentes na América Portuguesa, desembarcou,

³² Conde Reinante Guilherme de Schaumburg Lippe, militar prussiano já consagrado por sua carreira, comandou a urgente reorganização de um exército português que permanecia na retaguarda do sistema militar europeu, visivelmente inadequado para a guerra daquele tempo.

³³ MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil - Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87, 2000.

em junho de 1767, exatamente no Rio de Janeiro, ponto de convergência dos corpos militares responsáveis pela defesa da Capital e do Sul da América.

No que se refere ao Norte da América Portuguesa, inicialmente, é interessante registrar a avaliação que o primeiro Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no período pombalino, Francisco Xavier Mendonça Furtado (1751-1759) fez das forças militares que encontrou na capital de Belém: “*O pequeno Corpo chamado Militar que aqui há (...) [com] uns homens a que chamam Oficiais, se reduzem a estropiados, velhos e ignorantes*”.³⁴ Eram forças, basicamente, compostas, apenas de companhias avulsas: sem disciplina e saberes técnicos.

Mesmo dispondo de mandado régio para reestruturar as ditas companhias e dar a mesma composição dos regimentos de Portugal, Mendonça Furtado não pôde executá-lo. Em carta ao Marquês de Pombal, ponderou que, para transformá-las em Regimentos, era necessário criar novos postos e aumentar o número de oficiais. Não havia oficiais superiores, apenas capitães e alferes, com os quais o Estado não tinha como arcar.³⁵

Mendonça Furtado trouxe uma tropa com 122 soldados de Portugal, para secundar os trabalhos da comissão de limites encarregada do Tratado de Madrid. Mas, achava imprescindível uma maior organização local das forças militares, para que a delimitação obtivesse sucesso. A saída encontrada pelo governador foi pedir auxílio a Portugal.³⁶ E, foi então que em Lisboa se levantaram de novo dois Regimentos de Infantaria, que entraram na cidade em 1753. Seus soldos e fardamentos seriam fornecidos por Lisboa, poupando à região despesas tão avultadas.

³⁴ “*Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo, Pará, 3/12/1751*” In: MENDONÇA, M. C. de. **A Amazônia na Era Pombalina...** Op. Cit., v. 2. p. 91.

³⁵ BAENA, A. L. M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. *apud* CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 31-68.

³⁶ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)**. Salvador, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. p. 179.

De acordo com Mendonça Furtado, estes dois Regimentos eram compostos de “*quinhentos [500] homens cada um; um para a guarnição desta Praça [Belém] e outro para a fortaleza de S. José de Macapá*”.³⁷ Entretanto, ao chegarem em Belém estavam “*mais de 300 doentes, não havendo nesta terra Hospital*”,³⁸ naturalmente, muitos morreram.

Segundo Antônio Ladislau Monteiro Baena, era de se esperar que a disciplina chegasse a se estabelecer se os Oficiais destes Regimentos, não fossem desviados do Comando para irem governar outras Capitânicas. Desta curta permanência dos primeiros Oficiais Superiores no governo dos Regimentos resultou no afrouxamento da disciplina. Além disso, algumas das companhias destes Regimentos foram empregadas em destacamentos ao longo do rio Amazonas, nas fronteiras consideradas mais delicadas.³⁹

Segundo Baena, o problema dessas medidas é que elas não tinham continuidade. Apesar de Mendonça Furtado ter permanecido quase 8 anos à frente do governo do Grão-Pará (1751-1759) ele não conseguiu implementar a reforma militar. A luta contra os jesuítas, a preocupação com a elaboração de um projeto mais efetivo de colonização e com a criação de uma companhia de Comércio na região ganharam prioridade, e para resolver disputas internas, continuava se recorrendo a forças militares recrutadas de última hora entre a população local. O Pará só voltaria a receber um Regimento em 1802, devido às indisposições com o governo francês em relação às fronteiras de Caiena.⁴⁰

Baena escreveu que, o Pará viveu surtos de militarização ao longo dos setecentos e da primeira metade dos oitocentos. Shirley Nogueira afirma que, “*o primeiro surto de militarização ocorreu em 1750 com a vinda da primeira comissão*

³⁷ Carta ao Governador de Mato Grosso, dando-lhe ciência de S. Majestade ter resolvido mandar para o Pará 2 Regimentos de Infantaria, sendo um para Belém e outro para o Macapá. Pará 18/4/1753. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759**. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. v. 1. p. 449.

³⁸ Carta ao Marquês de Tancos, a qual comunica o recebimento dos dois regimentos. Pará, 12/11/1753. Ibidem. p. 537.

³⁹ BAENA, A. L. M. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho, 2004. p. 152.

⁴⁰ Idem.

de demarcação chefiada por Mendonça Furtado para cumprir o Tratado de Madri.”⁴¹ A autora concorda com Baena até certo ponto, quando este afirma que, “o Exército no Grão-Pará esteve sujeito antes à ação apenas esporádica do Estado Português, que pouco fazia pela organização efetiva de forças militares”.⁴²

Para Nogueira essa situação se estendeu apenas até meados de 1773. A autora defende que, a partir desse ano ocorreu uma revitalização das forças militares, apesar das considerações em contrário de Baena. Para tanto, Nogueira lembra que foi no ano de 1773 que “o governador João Pereira Caldas recebeu instruções para aplicar, no Estado do Grão-Pará, o regimento militar de 1763, criado pelo Conde de Lippe”.⁴³ Além disso, para evidenciar a revitalização militar da Capitania, a autora faz, também, referências ao ano de 1776 quando o Capitão-General dava instruções a várias vilas sobre a necessidade de treinar as tropas auxiliares.⁴⁴ Procura, ainda, demonstrar a intensa militarização da Capitania a partir da análise do Censo de 1778.⁴⁵

A respeito das considerações de Shirley Nogueira faremos algumas observações e também leituras diversas. Assim, sobre o primeiro surto de militarização: é preciso notar que, a tropa com 122 soldados e os dois Regimentos enviados de Lisboa é o que Shirley Nogueira qualifica como sendo o primeiro surto de militarização da Capitania. Em outros termos, este surto seria composto de 1.000 homens nos dois Regimentos, sendo que 300 chegaram doentes, o que contabiliza, efetivamente, 700 homens prontos e mais os 120, que somam 820 homens. Este seria o surto de militarização de Nogueira.

Evidentemente que, não se pode comparar com os efetivos enviados de Lisboa para o Rio de Janeiro, anos mais tarde, que contabilizam no seu total de 2.497 homens nos três Regimentos que vinham com seus nomes de origem: Moura, Estremoz e Bragança e já organizados conforme diretrizes do Conde Lippe. Devemos, ainda, considerar o envio do General Böhm, responsável pela aplicação dos regulamentos do Conde Lippe para o Rio de Janeiro e depois para o Sul.

⁴¹ NOGUEIRA, Shirley. **A soldadesca desenfreada** ... Op. Cit., p. 101.

⁴² BAENA, A.L.M. Ensaio **Corográfico** ... Op. Cit. *apud* NOGUEIRA, Shirley. Op. Cit., p. 100.

⁴³ NOGUEIRA, Shirley. **A soldadesca desenfreada** ... Op. Cit., p. 101.

⁴⁴ *Ibidem.* p.101.

⁴⁵ *Ibidem.* p.108.

Indiscutivelmente, não se pode comparar, porque as duas regiões estavam em situações militares bem diversas: uma enfrentando uma guerra aberta no Sul e a outra em uma situação militar de prevenção.

Baena, entretanto, destaca que o envio dos dois Regimentos para o Grão-Pará seria algo *“quase único por ter acontecido em um momento de paz tanto no Brasil como na Europa”*.⁴⁶Certo, considerando que a região não estava numa guerra aberta e levando em conta as necessidades surgidas com a aprovação do Tratado de Madrid, Lisboa considerou que, apenas os efetivos desses dois Regimentos e os 122 soldados seriam mais que suficientes para atender as necessidades da Capitania.

Além do que, é preciso considerar que, na definição das fronteiras no Norte da América a estratégia preferencialmente usada pela Coroa Portuguesa foi a diplomacia e não uma política agressiva de guerra. Os dois Regimentos enviados para Belém sequer tinham o nome de origem, porque não tinham origem, foram criadas tão somente para atender as necessidades do Norte da América e, por isso, receberam o nome dos lugares para onde foram enviadas: Regimento da Cidade (Belém) e o outro de Macapá.

Com relação ao governo do Capitão-General João Pereira Caldas (1772-1780) entendemos que, houve, de fato, um esforço mais intenso e sistematizado de organização, militarização e disciplina das forças militares da região. O Governador inclusive apresenta vários planos e projetos de organização militar para as Capitânicas de sua jurisdição. O que é facilmente perceptível pela documentação consultada - correspondências dos Governadores com a Coroa portuguesa no Arquivo Histórico Ultramarino do Projeto Resgate. Temos a intenção de futuramente analisar os planos militares propostos por esse governador para a Capitania do Grão-Pará.

Entretanto, temos uma leitura diversa de Shirley Nogueira quando esta afirma que, a partir do ano de 1773 ocorre uma revitalização militar na Capitania. Considerando que, essa é uma região que não vive um confronto aberto, e sim, uma situação militar preventiva, entendemos que, a revitalização militar não se

⁴⁶ BAENA, A. L. M. *Compêndio das Eras...* Op. Cit., p.35.

conserva e não se sustenta por longos períodos. O vigor militar da região – recrutamento, disciplina, treinos - tende a se enfraquecer, esmaecer. No âmbito da prevenção militar – e não da guerra aberta -, a intensidade das medidas, das mobilizações e dos recursos financeiros a serem acionados tendem a ser de moderada a fraca, apenas um alerta.

É assim que, no ano de 1774, João Pereira Caldas perceptível à situação militar da Capitania que governa, propôs à Coroa um plano denominado de “*Plano dos Regimentos de Infantaria em tempo de Paz*”.⁴⁷ Após considerar todos os gastos com os Regimentos: soldo, farinha e fardamento, o Governador sugere que, se eliminem os gastos inúteis em tempos de paz, reduzindo a tropa paga para 510 praças. Como o perigo externo existe e permanece, o complemento de seu ‘*Plano de Paz*’, evidentemente, considera a possibilidade de Guerra. Dessa forma, o Governador se compromete a recrutar 500 homens para ficar de reserva e, assim, “*sem vencerem soldo, nem fardamento e nem serem obrigados ao serviço diário do mesmo Regimento*”⁴⁸ e que, em caso de Guerra, estes seriam incorporados aos Regimentos. Assim sendo, “*E logo que o Governador General tiver ordem da Corte ou certeza de ser atacado por Inimigos reforçará o sobredito Regimento com as 500 recrutas acima indicadas*”.⁴⁹

Outro argumento de Nogueira para sustentar a ideia de revitalização militar da Capitania se deu no ano de 1776 quando o Capitão-General Pereira Caldas dava instruções a várias vilas sobre a necessidade de treinar as tropas auxiliares.

Tais instruções a que a autora se refere, estão inseridas no contexto da saída da esquadra militar espanhola de Cádiz em direção à América no ano de 1776.⁵⁰ O

⁴⁷ “*Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas dos dois Regimentos de Infantaria da Guarnição do Pará. 1774, Julho, 8, Pará*” AHU, Pará, Cx. 73, Doc. 6149.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Em Lisboa, as notícias da expedição inimiga levantaram inúmeras suposições quanto aos seus possíveis alvos na América. Inicialmente parecia que o ataque seria no Rio da Prata. Mas, pouco depois, o Marquês de Pombal fora advertido de que os espanhóis pretendiam antes abordar algum porto das capitanias do norte. Entretanto, as últimas informações chegadas à Corte de Lisboa especificavam o verdadeiro objeto da expedição inimiga: primeiro invadir a Ilha de Santa Catarina, para então recuperar toda a região meridional até o estuário do Prata. A partir de setembro de 1776 as ordens provenientes de Lisboa direcionaram-se para o municionamento e defesa das praças do sul (BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 21. Ofício de Carvalho e Mello ao Marquês de Lavradio, de 9 de setembro de 1776; BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 31. Carta de Martinho de Mello e Castro ao Marquês de Lavradio, de 11 de Setembro de 1776)

que Lisboa considerou em relação ao litoral do Pará foi a possibilidade de que *“parte daquelas embarcações sejam obrigadas a buscar de arribada este Porto”*.⁵¹ Na verdade, foi uma situação militar excepcional e pontual. Deve-se lembrar que, o que Lisboa considerou foi apenas uma possibilidade, visto que, já se sabia que o ataque seria no Sul da América. Nesse contexto, o Governador teve que responder as questões que a Coroa colocava com relação à defesa e ao treinamento das tropas da Capitania. Da mesma forma, o Governador cobra das várias autoridades da região a *“regularidade de disciplina dos Corpos Auxiliares”*.⁵²

Igualmente, reforçando essa visão, diante do episódio de 1776, isto é, da perspectiva de uma possível entrada das embarcações de guerra espanholas no litoral do Pará, pode-se perceber que, a Capitania se limitou a ficar numa situação de prevenção militar, isto é, a intensidade das mobilizações tendeu a ser de moderada a fraca. É assim que, seu Capitão General, Pereira Caldas, pode se permitir *“executar com bastante prudência”* as movimentações militares e com isso diminuir as suas consequências nas lavouras. Mesmo assim, segundo o governador *“não deixará de ocasionar um sensível atraso às Lavouras”*.⁵³

Foi, portanto, uma situação militar, mais uma vez, caracterizada como preventiva, isto é, *“prevenção da defesa”*, nas palavras do governador Pereira Caldas. O episódio sequer chegou a mobilizar as tropas da Capitania. O próprio governador advertiu as autoridades locais que, *“não se deve entrar em maiores movimentos”* somente se houver *“urgência”*.⁵⁴ E a urgência, o ataque espanhol, não se consumou e as tropas do Norte não precisaram se levantar contra os inimigos externos em defesa da Capitania e do Rei de Portugal. Foram, os inimigos, para o Sul da América e no litoral do Pará tudo não passou de um alerta, apenas um alerta.

Sustentando, ainda, a ideia de revitalização militar da Capitania, Nogueira vai se referir ao censo de 1778 que gerou um quadro sobre o contingente militar recrutado no Grão-Pará. De acordo com a autora, *“os percentuais apresentaram um*

⁵¹ Op. Cit. AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371.

⁵² Idem.

⁵³ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371.

⁵⁴ Idem.

padrão elevado de homens incorporados ao Exército".⁵⁵ Nogueira chega a comparar a militarização dos Estados Europeus (antes de 1789) com o Estado do Grão Pará. A conclusão que chega é de que, o Exército na Europa encontrava-se abaixo dos percentuais do Grão-Pará para 1778, que era de 3,0% em relação à população total. Talvez seja por isso que Nogueira qualifica as tropas militares do Grão-Pará como sendo um "*Exército forte e organizado*".⁵⁶

É preciso lembrar à autora que, essa intensa militarização da população masculina que os dados do censo demonstraram não necessariamente corresponde à realidade militar da Capitania. É importante considerar que, era prática comum na época se estabelecer muitas tropas militares com o propósito de haver muitos oficiais. Para se manterem como oficiais, estes formavam listas de pessoas inválidas por idade, enfermidade ou pobreza.

Assim, ocorre a multiplicação das cabeças desses corpos – o número de oficiais. Porém, as cabeças não correspondiam aos corpos, que muitas vezes só existiam nas listas entregues aos governadores, e não raramente com a conivência dos próprios governadores. Os motivos que levavam estes oficiais a se empenhar na obtenção ou manutenção da patente, longe de ser a dedicação ao Real serviço, eram os seus próprios interesses: os cobiçados privilégios e isenções que as patentes representavam.

Essa prática era recorrente nas Capitanias do Centro-Sul envolvidas nas disputas armadas do Prata.⁵⁷ O que constituía matéria especialmente grave, por que as demandas militares eram constantes e acentuadas nessas Capitanias. Se esse desvio acontecia em um contexto de guerra, penso que estava fortemente presente, também, no Norte da América.

Como por exemplo, no ano de 1776, Lisboa interroga o governador Pereira Caldas sobre as forças militares da região, se estas estariam prontas ou se "*seriam*

⁵⁵ Vale notar que, quando menciona a palavra Exército a autora está se referindo as três forças militares terrestres: "*As tropas que formavam o Exército no Grão-Pará dividiam-se em três: ordenanças, auxiliares e regulares*". NOGUEIRA, Shirley. **A soldadesca desenfreada...** Op. Cit., p. 108.

⁵⁶ Ibidem. p. 29.

⁵⁷ Como por exemplo, pode-se citar: "*Carta da Câmara de S. João de E' Rei sobre os Auxiliares que se tirarão p.^a irem p.^a o Rio de Janeiro, 27/7/1775*", In: Antônio de Noronha, Cartas, Livro 2, M. Gerais, 1776-79, BNRJ, p. 4-6.

Corpos aparentes e não de serviço".⁵⁸ Não por outro motivo, a Carta Régia de 1787, fazia parte de um conjunto de documentos que a Coroa julgou importante o governador Francisco de Sousa Coutinho (1790-1803) considerar. Trata justamente da necessária cautela contra a prática desse abuso. Da necessidade de se fazer constantes Revistas nas tropas para averiguar se existem de fato ou se não tem "*outra existência que não [seja] a das Listas e Relações*".⁵⁹ Sem o devido Exame dos corpos militares muitos governantes "*os supuseram formados*" quando na realidade não estavam. A Coroa determina, então, que, estes supostos Corpos sejam "*abolidos e extintos como se nunca houvesse existido*".⁶⁰ Portanto, há que se considerar se essa intensa militarização da Capitania, a que Nogueira se refere, teria mais de aparência do que de realidade, isto é, se só existiria nas listas, nas relações e no censo.

Conclusão

No contexto da América colonial é muito difícil manter o recrutamento, a disciplina e os treinos militares, tanto das tropas regulares como das auxiliares. Mesmo em um contexto de guerra aberta, como no Centro-Sul, os seus Capitães-Generais encontraram imensas dificuldades. É sempre importante considerar os grandes obstáculos enfrentados para tais mobilizações militares como, por exemplo, os seguintes pontos: gastos elevados com soldo, farinha e fardamento, prejudicial à Lavoura, oposição das elites locais e grande recusa da população colonial.

Além desses obstáculos, é preciso ter em conta a problemática situação militar do Império Ultramarino Português: as necessidades bélicas da colônia não eram satisfatoriamente providas por Portugal. Difícilmente a América Portuguesa recebia os materiais e as verbas solicitadas pelos seus governadores. E, quando recebiam, havia uma demora de meses e as relações nunca chegavam completas. O

⁵⁸ CONSULTA do Conselheiro Ultramarino para rainha, Ant. 1779, Janeiro, 13", "Anexo de 3/7/1776", AHU, Pará, Cx. 81, Doc. 6704.

⁵⁹ "CARTA do capitão general D. Francisco de Sousa Coutinho, para a rainha sobre o requerimento de João Manuel Rodrigues, em que pede confirmação da carta patente de mestre de campo do corpo da Tropa Ligeira Auxiliar, 1796, Março, 31, Pará." Anexo: cartas régias, certidões, ofício e aviso. ANEXO – Carta Régia de 2/11/1787. AHU, Pará, Cx. 107, Doc. 8428.

⁶⁰ Idem.

que fazia da estrutura militar da colônia excessivamente precária: sem os meios para construir e reformar as fortalezas, sem os meios para manter e formar as tropas militares.

Os Vice-Reis e os seus Capitães-Generais do Centro-Sul tiveram que se empenhar de todas as formas e contra todos os obstáculos para enviarem o maior número possível de homens para o *front* de guerra com o intuito de defender o território do monarca na América meridional. Através do sistema militar de cooperação recíproca: São Paulo, Minas Gerais e a capital do Rio de Janeiro foram as Capitânicas mais pressionadas, exigidas e cobradas pelo Estado Português para a defesa dos territórios ao Sul da América. Muitas ordens, instruções, planos, contra-ordens, circularam entre estas Capitânicas, o Rio de Janeiro e Lisboa, com o intuito do fortalecimento militar da América meridional.

Entendemos que, a constante exposição à guerra, as fortes pressões do Estado Português e a intensidade das mobilizações militares que ocorreram no Centro-Sul acabaram resultando, ao longo desse conflito, em uma tendência de desarranjo e desarticulação contínua das tradicionais formas de organização corporativas, presentes no interior da sociedade e das tropas coloniais.

Por outro, no Norte da América que não se encontrava numa situação de guerra aberta, houve, portanto, pouca necessidade de militarização, organização e mobilização de recursos humanos e materiais. Os embates militares foram substituídos pelos acordos diplomáticos. Concordamos com Ladislau Baena quando afirma que *“não ocorreu no Pará nenhum evento militar que exigisse a organização mais sistematizada das suas forças militares”*. Como consequência da menor intervenção e pressão militar sobre a região, consideramos que, as suas forças militares permaneceram com características fortemente tradicionais e corporativas, isto é, descentralizadas, não técnicas e socialmente comprometidas.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamentos e dimensões identitárias. **Cadernos do CEOM**, Unochapecó, v. 23, n. 32, p. 203-220, 2010.

- ALMEIDA, Luís Ferrand, **A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- BAENA, A. L. M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- ___. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho, 2004.
- BEBIANO, Rui. Elementos de um Barroco Militar. **Revista de Histórias das Ideias**, Universidade de Coimbra, n. 11, 1989.
- CARVALHO, Valéria Nely César de. Autoridade indígena e legislação indigenista no Brasil. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 511-540, jul./dez. 2008.
- CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. *In*: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí, 2010.
- COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CURTO, Diogo Ramada. **O Discurso Político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.
- FARAGE, Nádia, **As muralhas dos sertões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Felisbello. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Da Revista dos Tribunais, 1912.
- HESPANHA, António M. **L'Espace Politique dans L'Ancien Régime**. Coimbra: Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul. *In*: ___. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1976. t. 1.

KETTLE, Wesley Oliveira. Domínio, migração e natureza na Amazônia seiscentista (Resenha) **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011. p. 209-212.

MACEDO, Pedro da Costa de Sousa de; MOTTA, Edilson Nazaré Dias. António de Sousa de Macedo, capitão geral e governador da ilha de Joanes. *In: Actas do Congresso Internacional - Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, Cham: 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Marquês de Pombal e a unidade Brasileira. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 219, 1953.

_____. **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759**. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. v. 1.

MONTEIRO, Rodrigo Borges. Nas fronteiras do Antigo Regime: a Colônia do Sacramento no século XVIII. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME*, 1., 2005, Lisboa. **Anais ...** Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. *In: XIII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA*, 13., 2001, Vitória. **Programa e Resumos ...** Vitória: Departamento de História UFES/Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, 2001. p. 45-46.

MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87, 2000.

NABUCO, Joaquim. **O Direito do Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)**. Salvador, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

____.; GOMES, Flávio dos Santos. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista. *In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII-XIX*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- Universidade Federal do Pará, 1999.

POSSAMAI, Paulo. **A vida quotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

___ (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

ROCHA, Rafael. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina. Sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará**. Niterói, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SANCHES, António Nunes Ribeiro, **Cartas sobre a Educação da Mocidade [1759]**. Prefácio e notas de Joaquim Ferreira, Porto: Domingos Barreira, s/d.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). *In*: DORÉ, Andréa;

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. 1 ed. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. v. 1. p. 153-167.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Universidade Federal de Ouro Preto, ICBS, Departamento de História.
R. do Seminário, s/n - Centro, Mariana - MG, 35420-000.
Brasil.